



POVOS TRADICIONAIS E UNIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

André Augusto Pereira Brandão¹

Amanda Lacerda Jorge²

Resumo:

Este artigo sintetiza resultados de pesquisas desenvolvidas junto a comunidades tradicionais ribeirinhas em Oriximiná, estado do Pará. Objetivamos compreender a relação entre populações tradicionais e órgãos ambientais em unidades de conservação ambiental e em áreas não protegidas na Amazônia. Desenvolvemos a pesquisa em comunidades que ocupam áreas de floresta situadas em unidades de conservação do Governo Federal e outras que não se encontram em áreas protegidas. Mostraremos como a forma de conceituar unidades de proteção pode promover conflitos e acentuar situações de vulnerabilidade frente a forma típica de reprodução social das populações tradicionais da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: populações tradicionais, Preservação ambiental, Unidades de conservação

Abstract

This article summarizes results of research developed with traditional communities in riverine Oriximiná, state of Pará aim to understand the relationship between traditional communities and environmental agencies in environmental conservation units and unprotected areas in the Amazon. We develop research in communities that occupy forest areas located in protected areas of the federal government and others that are not in protected areas. We'll show you how to conceptualize as protection units can promote conflicts and situations of vulnerability accentuate the typical form of social reproduction of traditional populations of the Brazilian Amazon.

Keywords: traditional populations, Environmental Conservation, Protected Areas

¹ Doutor. Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: aapbuff@globo.com

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: amandalacerdajorge@hotmail.com



1- INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto de uma atividade de pesquisa desenvolvida em comunidades quilombolas e ribeirinhas no município de Oriximiná no Oeste do Pará. Nosso objetivo foi discutir a relação entre populações tradicionais e órgãos ambientais em áreas protegidas e não protegidas.

Com uma grande extensão geográfica (aproximadamente 109.000 Km²), este município situado no cerne da região amazônica, compreende basicamente duas unidades de paisagem: a área de floresta e a área de várzea. Na área de Floresta existem cerca de cem (100) comunidades tradicionais (a maioria ribeirinhas). As comunidades ribeirinhas se caracterizam pelo fato de se localizarem junto às margens dos rios. No caso de Oriximiná, estas comunidades ribeirinhas se alocam nos rios Trombetas, Cuminã e Erepecuru ou nos Lagos Erepecu, Sapucua e Batata.

No conjunto das comunidades que vivem na floresta, vinte e uma (21) se destacam por uma característica especial: são remanescentes de quilombos. Tais comunidades se situam nas margens do Rio de Trombetas, mais especificamente na região denominada Alto Rio Trombetas.

A área de Várzea, menor em extensão, agrupa cerca de 25 comunidades tradicionais – todas ribeirinhas – que se alocam nas margens de dois afluentes do Rio Amazonas: o Rio Nhaumundá e o Rio Cachoeri, mas também em Lagos formados a partir destes dois rios.

Nossa pesquisa teve caráter comparativo e, portanto, nos detivemos em dois grupos de comunidades. Por um lado, convivemos intensivamente com duas Comunidades Remanescentes de Quilombos no Alto Rio Trombetas (área de floresta), são estas a comunidade da Boa Vista e a Comunidade do Moura. Por outro lado, também convivemos intensivamente com a Comunidade Nossa Senhora da Conceição na área da várzea e a partir desta, acessávamos as comunidades do Aimim, da Ascensão e do Cunurí.

Este trabalho discute a relação entre populações tradicionais e preservação ambiental. Especificamente, no entanto, nos voltamos para o mapeamento das formas de interação social desenvolvidas entre estas comunidades e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (órgão federal responsável pelas ações de proteção e preservação ambiental no Brasil). O caráter comparativo se encontra no fato de que as comunidades quilombolas de floresta onde realizamos a pesquisa estão situadas em unidades de conservação do Governo Federal. Já as comunidades da várzea não se encontram em áreas especialmente protegidas.

A coleta de dados que ensejou a produção deste artigo utilizou metodologia qualitativa. Realizamos a observação participante através do convívio intensivo com as comunidades estudadas, neste sentido optamos por nos hospedar em casas das lideranças comunitárias locais durante o trabalho de campo. A observação participante foi combinada com a realização de entrevistas semiestruturadas.

2- RESULTADOS

A origem histórica das comunidades remanescentes de quilombos que se formaram na bacia do Alto Rio Trombetas (formada pelos rios Trombetas, Cuminã, Erepecuru e Mapuera) data do século XIX. Os "quilombolas" eram escravos que executavam fugas das fazendas de cacau e gado próximas aos territórios de Óbidos e Santarém que estão no entorno das áreas onde hoje se localiza Oriximiná. Tais quilombos foram construídos em várias localidades ao longo dos rios.

Estas comunidades tradicionais do Alto Rio Trombetas, historicamente desenvolveram perspectivas de subsistência diretamente ancoradas na atividade extrativista vegetal, na caça e na pesca, complementadas pela produção de mandioca em pequenos roçados para subsistência e pelo criatório doméstico extensivo de pequenos animais.

Desrespeitando a forma tradicional de uso dos recursos naturais desenvolvida pelas comunidades da área, o Governo Federal, instalou diretamente nos territórios das comunidades duas unidades federais de conservação. A primeira é a Reserva Biológica do Trombetas, que foi criada em 21 de Setembro de 1979 e compreende 385.000 hectares. A segunda é a Floresta Nacional Saracá-Taquera, criada em 27 de dezembro de 1989 compreendendo 420.600 hectares.

A legislação que regula a configuração e o funcionamento das unidades de conservação determina que nas unidades classificadas como "Reserva Biológica" não haja presença humana constante (é admitida somente a presença da fiscalização própria e de pesquisadores autorizados).

Em verdade, o Estado brasileiro, visando compensar do ponto de vista ambiental, grandes projetos de mineração que resultaram em forte impacto nos ecossistemas, e também, atendendo às pressões conservacionistas internacionais, passou a criar áreas de conservação sem nenhuma discussão com as populações nativas que habitavam estas.

Com a criação da Reserva Biológica, estas comunidades foram obrigadas a abandonar seus territórios históricos; várias o fizeram e outras continuam resistindo à



desocupação. Aquelas que já saíram da reserva, se situaram na outra margem do Rio Trombetas, onde outros aglomerados populacionais já se localizavam.

O problema é que 10 anos após este processo de expulsão das comunidades tradicionais para a outra margem do Rio Trombetas, foi criada nesta área recém ocupada a Floresta Nacional Saracá-Taquera. Vale lembrar que uma Floresta Nacional – ao contrário de uma reserva biológica – permite ocupação humana, no entanto com inúmeras restrições a utilização dos recursos naturais.

É importante também ressaltar que a extensão compreendida entre as margens do Rio Trombetas, ou seja, toda a superfície do rio no âmbito da Reserva Biológica, constitui parte desta última, e portanto, pela legislação existente não poderia contemplar a presença humana nem mesmo para fins de deslocamento. Assim, além da proibição da pesca, caça e coleta na área da Reserva há também o impedimento legal de utilização do rio como via de transporte, proibição esta que por sua inexecutabilidade não é efetivada. Porém, pode ser usada em alguns momentos como forma de pressão ou constrangimento às comunidades e enseja atitudes como a revista de barcos e canoas. Há, portanto, no trecho abarcado pela Reserva Biológica, uma intensa fiscalização do IBAMA que resulta na apreensão de canoas, instrumentos de caça e pesca e mesmo de alimentos recém obtidos.

A situação de conflito potencial se agrava, pois é na área da Reserva Biológica que se situam os lagos com maior potencial pesqueiro e também outra importante fonte de recursos: os castanhais, historicamente utilizados como fonte extrativa de subsistência. A coleta da castanha é realizada entre dezembro e maio de cada ano. As famílias que atuam na coleta da castanha se fixam nas áreas neste período, habitando moradias provisórias. Todo o núcleo familiar participa deste deslocamento.

Nestes meses que compreendem a coleta da castanha os quilombolas estão realizando a sua única possibilidade anual sistemática de obtenção de recursos diretamente financeiros. Estes recursos são utilizados para compra na sede do município de roupas e produtos de alimentação complementar (macarrão, açúcar, sal e óleo principalmente). A restrição do acesso dos quilombolas aos castanhais produz um impacto negativo de enormes conseqüências para a reprodução material do grupo.

Não é por acaso que em visita de trabalho a uma comunidade remanescente de quilombos do Alto Rio Trombetas (Comunidade da Tapagem), ouvimos dos moradores a seguinte música, cantada por um ancião: “Tenho pena dos que tão vivos e dos que ainda vão nascer / Por causa do IBAMA / Que não deixa a gente comê (sic)”.



De fato, a atuação punitiva e constrangedora do IBAMA é comentada e difundida por todas as comunidades quilombolas, tendo se transformado em elemento do imaginário social que se materializa em cantigas, mas também numa atitude de belicosidade permanente em relação aos representantes deste órgão.

Na mesma direção, a fiscalização do IBAMA passou a fazer parte dos cálculos relacionados à subsistência destas comunidades. Assim, pescar, caçar e coletar requer hoje não somente o conhecimento da natureza (ou seja, das espécies de peixe, das marés e das épocas do ano), mas também conhecimentos relativos a como burlar a fiscalização do IBAMA (horários de fiscalização, turnos onde os fiscais são mais ou menos operantes, feriados, caminhos seguidos por estes, horários de almoço, etc). O seja, pode-se dizer que as comunidades quilombolas do Alto Trombetas desenvolveram um etno-conhecimento acerca dos hábitos de trabalho dos fiscais do governo que são pagos para lhes oprimir no que tange ao uso de seus territórios tradicionais.

As expulsões das populações tradicionais que historicamente habitavam áreas protegidas têm causado problemas sociais variados naquela região. Por um lado vemos um sério insulto aos direitos constitucionais de uma parcela da população negra brasileira que merece especial consideração. Mas vemos também neste processo uma perda de enorme quantidade do que podemos denominar etnoconhecimento e etnociência. Importantes formas comunitárias de manejo de recursos naturais que foram desenvolvidos historicamente durante séculos de vida cotidiana e construção de sociedades humanas e repassados oralmente entre as gerações são perdidos e desqualificados.

Para estas populações tradicionais, não são somente os elementos naturais e as limitações geo-ambientais, que determinam a forma de exploração da natureza que a comunidade vai desenvolver. Elemento fundamental nesta definição de como e o que apropriar é a própria lógica a partir da qual se configuram as relações sociais e culturais naquelas comunidades. Assim, várias limitações materiais e de exploração de recursos são de fundo mais subjetivo e se relacionam com a forma como a cultura compreende a natureza. O elemento não-impactante e sustentável não precisa ser imposto a elas pela sabedoria científica branca; este elemento já faz parte de sua cultura.

Na interface entre as questões sócio-culturais e as determinações do ecossistema, as comunidades quilombolas estabeleceram formas de manejo do meio, que respeitam os ciclos naturais e as necessidades de reprodução e manutenção das espécies animais e vegetais com as quais se relacionam. Tais sistemas de manejo, que podemos denominar como tradicionais constituem forma de exploração dos recursos naturais ancoradas em



conhecimentos adquiridos não somente nos quase 200 anos de presença na região, mas também no contato interétnico como grupos indígenas locais.³

Considerando a importância das populações tradicionais para a preservação ambiental, seria fundamental a incorporação destas comunidades na preservação e para isto, em nada ajudam medidas punitivas e de cerceamento do território tradicional. Somente assim a manutenção dos ecossistemas estaria aliada à manutenção da vida e da cultura de grupos humanos, que de resto, conquistaram após intenso sofrimento o direito a sua auto-preservação.

Temos exemplos de que tal perspectiva pode se realizar com êxito. Trabalhamos com comunidades de Várzea – situadas em áreas não protegidas, ou seja, não configuradas como “reservas biológicas”, “áreas de proteção ambiental” ou “florestas nacionais” – no mesmo município e que passavam por problemas relacionados ao baixo estoque de peixes nas suas unidades de recurso.

Estas comunidades, como várias outras situadas nesta região, vêm historicamente se reproduzindo em áreas alagáveis, denominadas de "várzea". Relacionam-se em seu cotidiano com um ecossistema cujas características principais giram em torno das mudanças cíclicas nas condições ambientais. Habitar uma área deste tipo pressupõe uma complexa relação de complementaridade com o meio e uma forma muito típica de organização da vida nos dois macro-períodos anuais, a seca e a cheia.

Embora trabalhem já há várias gerações com a criação bovina de caráter extensivo que aproveita as pastagens naturais da várzea, a subsistência alimentar básica desta comunidade se encontra na pesca. A carne bovina dificilmente é consumida pela unidade familiar, constituindo somente o meio de obtenção de moeda necessária para a compra de roupas, utensílios e alimentação complementar como cereais, óleo, açúcar, biscoitos, macarrão e outros, que são adquiridos no mercado urbano. O peixe, por sua vez, constitui a principal fonte de proteína de origem animal; complementado no consumo cotidiano com a farinha de mandioca produzida pelas famílias que possuem terrenos em áreas de terra-firme (áreas ribeirinhas não alagáveis).

Com a diminuição progressiva dos estoques pesqueiros, a comunidade percebeu a interação entre os vários recursos naturais do ecossistema e passou a se preocupar também com a questão da recomposição da mata ciliar do Rio Inhamundá e de dois lagos piscosos que estão situados em seu território (o Lago Romão e o Lago Sapucá).

³ Quando do assentamento original dos quilombolas na área de “cachoeiras” do Rio Trombetas, ouve um processo intenso de trocas culturais com os grupos indígenas que habitavam a região e que foram depois reunidos na tribo Wai’Wai.



Estas preocupações geraram ainda na década de 1990 a formação das primeiras associações comunitárias. A dependência do meio é, portanto, o elemento que determina que as comunidades que compõem a área de abrangência das associações estejam diretamente preocupadas com a preservação do ecossistema existente no *locus* em que historicamente se encontram fixados.

No confronto com predadores urbanos e destruidores da biodiversidade local, estas comunidades iniciaram um processo de organização voltado diretamente para a preservação ambiental e para a garantia do desenvolvimento sustentado. Este trabalho de organização tem gerado resultados no que concerne às parcerias institucionais e ao desenvolvimento de ações concretas.

As comunidades estão tentando estabelecer o que poderíamos denominar reservas informais próprias. Os lagos que querem proteger passam a corresponder a propriedades comunitárias. Com estas reservas informais, as comunidades ribeirinhas assumem o controle de seus territórios que vinham sendo ameaçados pela pesca comercial, protegem, portanto os recursos naturais e sua própria subsistência.

A principal associação existente na área de várzea é a ASCON que engloba as comunidades: Nossa Senhora da Conceição, Aimin, Ascensão e Cunurí. Esta associação comunitária vem realizando um trabalho inicial de manejo ambiental cujo objetivo básico consiste na reposição dos estoques do quelônio regionalmente chamada tracajá (*Podocnemis Unifilis*). Este trabalho, que se iniciou de forma empírica, porém sistemática, contou em seu início com a assessoria de docentes da UFF. Hoje todas as comunidades das áreas de desova de tracajás participam de um projeto comunitário de manejo para preservação desta espécie animal.

Neste mesmo sentido a ASCON iniciou um trabalho de reflorestamento que tem como meta garantir a recomposição da mata ciliar nativa das margens dos lagos Romão e Sapucuá. Para este objetivo, foi realizado um inventário de espécies vegetais da área, seguido de um intenso trabalho de coleta de sementes. Este trabalho se expandiu pelas áreas de florestas existentes nas margens do lago Sapucuá e nas comunidades encontramos famílias que produzem mudas de espécies nativas para a comercialização. Estas famílias já perceberam na prática que com a venda de mudas de espécies nativas de várzea e floresta que são compradas por empresas mineradoras da região (empresas estas que são obrigadas a reflorestar as áreas que desmantam) obtém ganhos financeiros muito mais elevados do que poderiam alcançar com atividades de uso direto dos recursos naturais (como a pecuária extensiva ou a pesca).



Além disso, a ASCON passou a realizar em conjunto com o escritório local do IBAMA o trabalho de monitoramento dos lagos que são alvo de sua atuação. Vale ressaltar que o escritório local do IBAMA até então não havia envidado qualquer esforço para a preservação das espécies presentes naqueles lagos. O IBAMA vai entrar no jogo da preservação carregado pelas comunidades da várzea.

3 - CONCLUSÃO

A complexidade e tipicidade das comunidades tradicionais enseja a necessidade de construção de formas interativas dialogadas de relação entre os órgãos governamentais de meio-ambiente e estas. Neste sentido, afirmamos que o manejo ambiental não pode ser exclusivamente fiscalizador. Outrossim, deve abarcar principalmente aspectos educacionais e buscar alternativas à subsistência que contemplem por um lado as necessidades da preservação dos ecossistemas e por outro lado as formas históricas culturais de vida.

Os estudos mais recentes têm demonstrado que boa parte da biodiversidade hoje existente foi preservada pela presença de populações tradicionais. Na Amazônia, as ameaças ao modo de subsistência tradicional e à própria diversidade natural e cultural têm origem nos predadores conhecidos, tais como a grande propriedade agropecuária, as empresas madeireiras e as empresas mineradoras; mas também e paradoxalmente nas áreas de proteção criadas pelo Estado brasileiro. Os agrupamentos humanos tradicionais que sobrevivem a partir de lógicas produtivas extrativistas foram os mais atingidos neste processo.

O desenvolvimento de ações no campo da educação ambiental visando levar estas populações a contribuir com seus conhecimentos para a preservação pressupõe um trabalho interdisciplinar que esteja inserido na globalidade das questões que emanam do cotidiano destes agrupamentos sociais. Pressupõe, portanto, uma flexibilização no conceito brasileiro de "unidades de conservação", conceito este produzido para uma realidade geoambiental muito diversa da nossa.

Apontamos aqui dois grupos de populações tradicionais que habitam um mesmo município na Região Amazônica. O primeiro grupo habita uma área de várzea não "protegida" pelo IBAMA; o segundo grupo habita uma área de floresta "protegida" pelo IBAMA. Na área não protegida as próprias populações estão desenvolvendo sistemáticas iniciativas de proteção ambiental e solicitando o apoio do IBAMA (ou mais especificamente: colocando o IBAMA para trabalhar). Ao contrário disto, na área protegida as comunidades tradicionais vivem um difícil cotidiano de luta contra o IBAMA.



A mesma lógica existente na várzea de Oriximiná poderia ocorrer nas áreas de preservação do Alto Trombetas, bastaria somente que os órgãos brasileiros de proteção ambiental atuassem em unidades de proteção com uma perspectiva de abordagem que considerasse os processos dinâmicos de inter-relação entre os ecossistemas e as formas sociais de organizações existentes em dada área. Esta perspectiva deve estar ancorada fundamentalmente no princípio da indissociabilidade entre o homem e a natureza, superando assim qualquer formatação política que conceba o mundo natural como algo estático e inerte.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1994.

GERTZ, C. *O saber local*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

SHALLINS, Marshal. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.